

Eunice Castro Seixas,
Paulo Castro Seixas
e João Teixeira Lopes (orgs.)

O Direito das Crianças à Cidade

Estudos sobre as cidades de Lisboa e do Porto



O direito das crianças à cidade
Estudos sobre as cidades de Lisboa e do Porto

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto CRiCity — “As crianças e o seu direito à cidade. Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças” / Children and their right to the city. Tackling urban inequity through the participatory design of chil-friendly cities (PTDC/SOC-SOC/30415/2017)
Site: CRiCity; www.cricity.pt / <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/cricity/index.html>.

Eunice Castro Seixas, Paulo Castro Seixas e João Teixeira Lopes (Orgs.)

O DIREITO DAS CRIANÇAS À CIDADE

ESTUDOS SOBRE AS CIDADES DE LISBOA E DO PORTO



LISBOA, 2023

© Eunice Castro Seixas, Paulo Castro Seixas e João Teixeira Lopes (Orgs.), 2023

Eunice Castro Seixas, Paulo Castro Seixas e João Teixeira Lopes (Orgs.)

O direito das crianças à cidade. Estudos sobre as cidades de Lisboa e do Porto

Primeira edição: abril de 2023

Tiragem: 200 exemplares

ISBN: 978-989-8536-83-9

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Revisão de texto: Ana Valentim

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES-Iscte, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 210 464 410

E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Agradecimentos	vii
Notas biográficas	ix
Introdução	1
<i>Eunice Castro Seixas, João Teixeira Lopes e Paulo Castro Seixas</i>	
Parte I Perspetivas teóricas sobre o direito à cidade	
1 O direito à cidade na perspetiva da sociologia e das ciências sociais. Breve itinerário teórico	19
<i>Inês Barbosa, Lígia Ferro e João Teixeira Lopes</i>	
2 A inclusão das crianças no planeamento urbano. Uma análise dos principais desafios	39
<i>Eunice Castro Seixas e Maria Fernandes-Jesus</i>	
3 Políticas públicas e direito à cidade. Uma realidade em mudança?....	55
<i>Paulo Castro Seixas, Ricardo Cunha Dias e Diogo Guedes Vidal</i>	
4 Questões para uma análise transdisciplinar do direito das crianças à cidade	69
<i>Eunice Castro Seixas</i>	
Parte II Direito das crianças à cidade e espaço público	
5 Praticar espaços e criar lugares. Usos e contrausos das crianças em espaços públicos urbanos	87
<i>João Teixeira Lopes, Inês Barbosa, Júlia Rodrigues e Lígia Ferro</i>	
6 O espaço público na perspetiva das crianças. Um estudo de caso na freguesia da Ajuda	103
<i>Sara González e Paulo Castro Seixas</i>	

- 7 **As bibliotecas como espaços para as crianças. Desafios em tempos de pandemia** 121
Sara González, Eunice Castro Seixas e Benedita Portugal e Melo

Parte III | Direito das crianças à cidade e natureza urbana

- 8 **A cidade das crianças. Benefícios e oportunidades dos parques e jardins urbanos** 147
Diogo Guedes Vidal, Ricardo Cunha Dias e Paulo Castro Seixas
- 9 **Espaços verdes do Parque das Nações como lugares das crianças. Reflexões a partir de um estudo exploratório**..... 159
Eunice Castro Seixas, Niccolò Giacchetta e Catarina Tomás
- 10 **Brincadeiras, interações e usos do lugar pelas crianças. Registos etnográficos em dois parques urbanos do Porto**..... 181
Inês Barbosa, João Teixeira Lopes e Lígia Ferro

Índice de figuras

Figuras

3.1	Área livre de carros proposta pela Volksentscheid Berlin Autofrei	62
3.1	Corredores “superciclo” na cidade de Milão	63
5.1	De como os tubos são divertidos	94
5.2	Parque da Pasteleira	98
6.1	Bairro Futurista	114
6.2	Bairro da Natureza	114
6.3	O Bairro da Liberdade	115
6.4	O Bairro das Maravilhas	115
9.1	Jardim das Ondas	167
9.2	Alameda dos Oceanos com os seus “vulcões de água”	170
9.3	Medidas de distanciamento social e interdição de utilização dos bancos na Alameda dos Oceanos	171
10.1	Zona de “bosque” natural da Quinta do Covelo	186
10.2	Alguns dos bairros circundantes do Parque da Pasteleira	187
10.3	A “porta dos desejos” Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	189
10.4	A “árvore enroladinha” Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	189
10.5	A descoberta das joaninhas Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	190
10.6	A “piscina” improvisada Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	190
10.7	A “cascata das fadas más” Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	191

10.8	As pedrinhas que servem de jogo de equilíbrio Registos das <i>walking interviews</i> com grupos de pré-escolar dos dois contextos	192
10.9	Parte lateral da cafetaria abandonada do Parque da Pasteleira e equipamento avariado da Quinta do Covelo Foto tirada durante as <i>walking interviews</i>	194
10.10	Equipameto avariado na Quinta do Cotovelo Foto tirada durante as <i>walking interviews</i>	195
10.11	Fotografia do escorrega da Quinta do Covelo.....	203
10.12	Fotografia do escorrega do Parque da Pasteleira.....	204

Quadros

6.1	Quadro de análise de conteúdo	113
-----	-------------------------------------	-----

Agradecimentos

Os autores e autoras desta obra agradecem a todos e a todas os/as participantes nos estudos aqui apresentados, assim como às diversas instituições que deram apoio às atividades realizadas. Sem a participação destas crianças, suas famílias e demais instituições, os estudos que aqui se apresentam não teriam sido possíveis.

Especificamente, em Lisboa, agradecemos todo o apoio dado pela Junta de Freguesia da Ajuda ao projeto, e também à Voz do Operário – Sociedade de Instrução e Beneficência, à EB1 Homero Serpa, à EB1 Alexandre Herculano, à EB1 Manuel Sérgio e ao Centro Cultural Recreativo das Crianças do Cruzeiro e Rio Seco (CCR-CCR).

No Porto, estendemos os nossos agradecimentos ao Centro Social da Ajuda, ao Centro Educativo Ambiental da Pasteleira, ao Centro Educativo Ambiental do Covelo, à OSMOPE e ao Pelouro da Educação da Câmara Municipal do Porto.

Um agradecimento muito especial ainda às responsáveis e técnicas das bibliotecas municipais de Alcochete, Moita, Palmela, Seixal e Sesimbra, pela disponibilidade em participar no estudo sobre o impacto da pandemia nas bibliotecas e respetivos serviços destinados a crianças.

Finalmente, não poderíamos deixar de agradecer à FCT pelo financiamento concedido ao Projeto CRiCity (PTDC/SOC-SOC/30415/2017), assim como ao apoio prestado pelas três entidades parceiras, designadamente: o SOCIUS, o ISCSP e o IS-UP, nas várias atividades realizadas.

Notas biográficas

Benedita Portugal e Melo é socióloga. Licenciada, mestre e doutorada em sociologia (sociologia da cultura, comunicação e educação) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL) (2008). É professora auxiliar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e membro da UIDEF. Foi vice-presidente da Associação Portuguesa de Sociologia até 2021, sendo atualmente diretora adjunta da revista *Sociologia On Line* (revista da Associação Portuguesa de Sociologia). As suas principais áreas de investigação situam-se no domínio da sociologia da educação, políticas educativas, sociologia da infância e juventude e sociologia da cultura.

Email: mbmelo@ie.ulisboa.pt | ORCID: 0000-0003-1981-5931 | CIÊNCIA ID: F21A-9A30- 3B04

Catarina Tomás é socióloga. Licenciada e mestre em sociologia e doutorada em estudos da criança, área de especialidade de sociologia da infância, pela Universidade do Minho (2007). Professora coordenadora na Escola Superior de Educação de Lisboa, onde foi coordenadora do mestrado em educação pré-escolar (2012-2018) e do domínio de sociologia da educação (2018-2021). Atualmente é membro das coordenações de curso da pós-graduação em educação em creche e outros equipamentos com crianças dos 0 aos 3 anos, do mestrado em educação social e intervenção comunitária e do mestrado em administração educacional. É investigadora integrada do CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa no grupo de investigação de Cidadania, Trabalho e Justiça. Cofundadora e cocoordenadora da Secção Temática da Sociologia da Infância da Associação Portuguesa de Sociologia. Autora de várias publicações nacionais e internacionais nas áreas da sociologia da infância, direitos da criança e perspetivas sociológicas sobre educação de infância.

Email: ctomas@eselx.ipl.pt | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9220-964X>

Diogo Guedes Vidal é sociólogo e doutorado em ecologia e saúde ambiental pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa, com

um projeto financiado pela FCT (SFRH/BD/143238/2019) sobre os espaços verdes urbanos e a sua dimensão socioecológica. É, atualmente, investigador no projeto europeu Phoenix no Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra. Desenvolve investigação nas áreas das relações sociedade-natureza, saúde ambiental, sociologia do ambiente e da natureza, natureza urbana e socioecologia.

Email: diogoguedesvidal@hotmail.com | *CV:* <https://www.cienciavitae.pt/portal/C918-3B10-A36E>

Eunice Castro Seixas é doutorada em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com uma especialização em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” (2013). É atualmente investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), Investigação em Ciências Sociais e de Gestão (CSG), no ISEG, Universidade de Lisboa. Coordenou o projeto CRiCity — As crianças e o seu direito à cidade: combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças, financiado pela FCT. Além duma vasta experiência em investigação, com publicações nacionais e internacionais, Eunice Castro Seixas trabalhou como psicóloga escolar, psicóloga clínica e na docência.

Email: euniceseixas@gmail.com; euniceseixas@socius.iseg.ulisboa.pt |

CV: <https://www.cienciavitae.pt/0912-E95A-CBFE>

Inês Barbosa é investigadora integrada do IS-UP. É licenciada em educação básica, mestre em associativismo e animação sociocultural e doutorada em sociologia da educação, pela Universidade do Minho. Tem desenvolvido trabalho em torno da participação infantil e juvenil e foi bolsreira dos projetos: CRiCity: As crianças e o seu direito à cidade e RISE: Roma Inclusive School Experiences. Colabora regularmente em projetos de educação não formal e educação para a cidadania.

Email: inesbarbosa@letras.up.pt; | *CV:* <https://www.cienciavitae.pt/EC1F-EA67-9047>.

João Teixeira Lopes é licenciado em sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992), mestre em ciências sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1995) e doutorado em sociologia da cultura e da educação (1999). Coordenador científico do Instituto de Sociologia da FLUP entre 2002 e fevereiro de 2010. Diretor da revista *Sociologia* entre 2009 e fevereiro de 2013. Tem 43 livros publicados (sozinho ou em coautoria) nos domínios da sociologia da cultura: das desigualdades sociais, da juventude e educação, bem como museologia e estudos territoriais. Distinguido a 29 de maio de 2014 com o galardão Chevalier des Palmes Académiques pelo Governo francês. Presidiu à Associação Portuguesa de Sociologia entre julho de 2016 e março de 2021. Presidiu ao Departamento de Sociologia da FLUP entre 2011 e fevereiro de 2019. Coordena desde maio de 2020 o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Link profissional: <https://www.cienciavitae.pt/pt/0116-680D-C431> | *ORCID Id:* 0000-0001-6891-7411

Júlia Rodrigues é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na área de ciências da educação — especialização em sociologia da educação e política educativa. Foi bolsista de investigação do Projeto CRiCity entre junho de 2020 e fevereiro de 2021. É igualmente investigadora do CIED — Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. Nos últimos anos, tem desenvolvido trabalho como bolsista de investigação em projetos na área da educação.

Email: juliafrodrigues@gmail.com | *CV:* <https://www.cienciavita.pt/8210-54D1-F0CA>

Lígia Ferro é professora auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Recebeu o título de doutoramento europeu do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL (2011). Foi investigadora visitante em várias universidades da Europa, Estados Unidos da América e Brasil. Lígia Ferro foi eleita presidente da Associação Europeia de Sociologia (ESA) em 2021 e é membro da direção da Rede Europeia de Observatórios no Campo das Artes e da Educação Cultural — ENO. É autora e editora de várias publicações em português, inglês, espanhol e francês. Ultimamente, tem trabalhado sobre práticas culturais, educação artística, migrações e investigação-ação, especialmente em contextos urbanos.

Email: lferro@letras.up.pt | *CV:* <https://www.cienciavita.pt/portal/E611-6CB9-8ECA>

Maria Fernandes-Jesus é professora auxiliar na York St. John University (Reino Unido) e investigadora associada no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-ISCTE, Portugal). Tem doutoramento em psicologia, título de doutoramento europeu, pela Universidade do Porto (2013). Foi investigadora de pós-doutoramento na Aston University (2014-2015), no ISCTE-IUL (2015-2020) e na University of Sussex (2020-2021). É, desde 2020, editora associada no *Journal of Social and Political Psychology*. Como tópicos principais na sua investigação atual destacam-se: participação e envolvimento comunitário; alterações climáticas; justiça ambiental; movimentos sociais; ação coletiva; participação juvenil.

Email: m.fernandesjesus@yorsj.ac.uk | *CV:* <https://www.cienciavita.pt/en/8111-170E-C4A6>

Niccolò Giacchetta has a degree in urbanism and territory planning (2017), a master in planning and policies for cities, territory and environment at IUAV University (2020), european master: planning and policies for cities, environment and landscape (2020). istruzione e formazione tecnica superiore (Superior Technical Instruction and Training) as Digital Waste Manager, Master “Master La Consulenza pedagogica nei contesti educativi di formazione permanente”. In 2019, he has completed an Internship in Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas of Lisbon University and collaborated in the CRiCity project.

Email: niccolo.giacchetta@gmail.com | *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-3536-144X>

Paulo Castro Seixas é antropólogo e sociólogo. É professor associado com agregação na Universidade de Lisboa (ISCSP) e investigador do CAPP — Universidade de Lisboa e no CITTA — Universidade do Porto. Com especialização principal em estudos e políticas urbanas, territoriais e ambientais, tem 16 livros publicados como organizador ou autor e mais de 100 artigos e capítulos. Foi consultor-investigador para organizações (Médicos do Mundo, Portugal; Sociedade Portuguesa de Autores), municípios (Cascais e Santa Cruz, Madeira) e governos (Timor-Leste e Angola).

Email: pseixas@iscsp.ulisboa.pt | *CV:* <https://www.cienciavitae.pt/portal/0219-20C5-9A26>

Ricardo Cunha Dias é sociólogo e doutorando em administração pública, especialização em administração e políticas públicas, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, com um projeto financiado pela FCT (SFRH/BD/135804/2018) sobre conceitos e práticas de futuro. É investigador colaborador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), sendo o estudo de comunidades transformacionais, modos de governança da mudança e discursos de sustentabilidade as suas principais áreas de pesquisa.

Email: ricardo.daniel.cunha.dias@gmail.com | *CV:* <https://www.cienciavitae.pt/portal/281E-79CD-858E>

Sara Alexandra Calado González é licenciada em antropologia e mestre em sociologia, na especialidade de comunidades e dinâmicas sociais. Integrou o projeto de investigação CRiCity — As crianças e o seu direito à cidade: combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, como bolsreira de investigação no ISCSP, Universidade de Lisboa.

Email: saraac074@gmail.com | *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-8388-1154>

Capítulo 8

A cidade das crianças

Benefícios e oportunidades dos parques e jardins urbanos

Diogo Guedes Vidal, Ricardo Cunha Dias e Paulo Castro Seixas

Introdução

O século XX foi marcado por um intenso e contínuo processo de migração de pessoas para as cidades, movidas pela expectativa de melhores condições de vida. Como resultado, mais de metade da população mundial atual vive em áreas urbanas, prevendo-se um aumento até aos 68% em 2050. Enquanto forma de organização social predominante, as cidades tornaram-se espaços de convergência cultural, de inovação e de novos empregos. Mas a expansão em dimensão, densidade e diversidade (Wirth, 2001) também acentuou fenómenos de exclusão social, evidenciando a falta de um planeamento adequado e as cidades como espaços de desigualdades sociais, económicas e ambientais (Amado, 2005; Schmidt, 2016).

As cidades são uma construção social e, portanto, tendencialmente desiguais na distribuição de recursos numa lógica multidimensional que reproduzem e traduzem relações de poder através da morfologia urbana e social (Lefèbvre, 1974). Há vários tipos de desigualdades (Therborn, 2006). Desde logo, as desigualdades vitais que se configuram na componente biológica das desigualdades perante a vida, morte e saúde e da vulnerabilidade dos indivíduos em relação às mesmas (Costa, 2012). Existem também desigualdades existenciais que se reportam à própria condição humana, materializando-se diretamente no quotidiano dos indivíduos em termos de liberdade, direitos e reconhecimento. Acrescem as desigualdades de recursos que incluem as que se referem aos rendimentos, escolaridade, qualificação profissional, competências cognitivas e culturais, posição hierárquica nas organizações e acesso a redes sociais e infraestruturas/serviços.

As cidades são ainda palco de desigualdades ambientais. A justiça ambiental, ou falta dela, reclama uma distribuição equitativa dos benefícios ambientais para todos, independentemente da condição económica, física ou cultural dos beneficiários (Schlosberg, 2007). Tal conceito emergiu no contexto anglo-saxónico em função da exposição desigual de comunidades afro-americanas a problemas ambientais, tais como a proximidade a aterros a céu aberto, entre outros (Holifield e outros, 2009; Laurent, 2011). No entanto, na atualidade, a injustiça ambiental faz-se

sentir um pouco por todo o mundo e em diferentes configurações, sendo a distribuição de espaços verdes, em termos de disponibilidade e acesso, físico e simbólico, uma delas.

São várias as evidências de uma distribuição desigual dos espaços verdes urbanos, nomeadamente os de acesso público e com funções recreativas e de usufruto por parte dos residentes. Sabemos hoje que comunidades ou grupos em maior privação socioeconómica são também os que possuem menos acesso a espaços verdes em termos de qualidade e quantidade (Davis, 2014; Hoffmann e outros, 2017; Laszkiewicz e outros, 2018; Mears e Brindley, 2019; Ridgley e outros, 2020; Vidal e outros, 2021a). Neste quadro, podemos aplicar à distribuição dos espaços verdes urbanos os conceitos basilares da obra de Lefèbvre (1974): a “prática social”, que engloba a produção e a reprodução dos lugares; as “representações do espaço”, que congregam as relações de produção e a sua ordem no espaço diretamente relacionada com os urbanistas e planeadores urbanos; e os “espaços de representação”, que simbolizam o espaço vivido, do quotidiano e dos atores sociais que nele se movimentam.

A aplicação destes conceitos à interpretação da distribuição dos espaços verdes obriga a uma postura reflexiva sobre a mesma, evidenciando que no seu processo de espacialização poderão estar inscritos três fenómenos. O primeiro é referente ao espaço residencial e/ou comercial envolvente ao espaço verde urbano. Quando portadora de uma componente histórica e cronológica, esta envolvente pode ser moldada às características dos espaços verdes, em resultado de um processo planeado de adaptação à sua tipologia. Um segundo fenómeno dá-se quando os espaços verdes surgem em torno de uma zona envolvente já consolidada e em que o seu desenho tem na base o enquadramento da zona onde o mesmo será construído. O terceiro, e mais raro, é a utilização dos espaços verdes na regeneração da qualidade do ambiente social envolvente, ou seja, a sua construção tem como finalidade a modificação e a melhoria do espaço circundante.

Perante o desafio complexo de tornar as cidades espaços inclusivos e sustentáveis, mas também justos em termos de distribuição de recursos ambientais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (2015), no seu ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, coloca a meta de proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com necessidades especiais. De entre estes grupos, as crianças emergem como uma força sem voz, usualmente relegadas das decisões de planeamento (Derr e Tarantini, 2016). Porém, as crianças são utilizadores recorrentes dos jardins e parques urbanos, procurando nestes espaços a oportunidade de liberdade, imaginação e criatividade (Ferret, 2020).

A grande questão, ou desafio, que se coloca no desenho de cidades inclusivas e sustentáveis é: até que ponto estes espaços têm em consideração as expectativas das crianças e se, quando planeados, mesmo em pequenas intervenções, contemplam os benefícios cientificamente comprovados na promoção do bem-estar físico e mental das mesmas. O texto apresenta uma breve incursão sobre as oportunidades e benefícios dos espaços verdes urbanos, além de elencar as inúmeras

iniciativas e projetos que têm procurado trazer as crianças para o planejamento urbano.

Oportunidades e benefícios dos espaços verdes urbanos

Sob a égide da ciência e da tecnologia, o paradigma de desenvolvimento seguido a partir de meados do século XVIII fomentou um sentimento de isenção e superioridade humana sobre a natureza. Na década de 1960, porém, este “paradigma do excecionismo humano” (Catton e Dunlap, 1980) foi posto em causa, reconhecendo-se os efeitos retroativos da ação humana sobre o planeta e a necessidade de retomar a ligação dos humanos com a natureza. Do inglês *nature-connectedness*, esta ligação é um elemento fundamental identitário que promove o equilíbrio do bem-estar ambiental e humano, sendo um dos princípios do “novo paradigma ecológico” (Catton e Dunlap, 1980) que emerge com o ambientalismo moderno.

Os jardins e parques urbanos são dos espaços que mais promovem a conexão humanos-natureza (Vidal, Barros, e outros, 2020; Vidal e outros, 2021b; Vidal, Fernandes, e outros, 2020). Estes espaços evidenciam-se pelos seus múltiplos benefícios na manutenção do ecossistema urbano, sobretudo através dos “serviços dos ecossistemas” (Haines-Young e Potschin, 2018) por eles prestados, seja na provisão de árvores de fruto (Kazemi e outros, 2018), na mitigação das ondas de calor em contexto urbano, ou até mesmo na mitigação dos impactos das alterações climáticas. Além destes benefícios, somam-se as oportunidades associadas às funções destes espaços, materializadas na potencialidade de regeneração urbana, nomeadamente no desenvolvimento de novas áreas residenciais, ou na sua requalificação física e simbólica, na promoção da biodiversidade, de projetos comunitários de jardinagem e de coesão social em comunidades em situação de privação.

É também amplamente reconhecido o papel que os jardins e parques públicos desempenham na promoção do bem-estar em todas as idades, possibilitando a prática de atividade física, reduzindo os sintomas de *stress* e ansiedade muito associados ao modo de vida urbano, reforçando as redes de vizinhança enquanto local de encontro comum (Vidal e outros, 2022; Vidal, Fernandes, e outros, 2020). Estes espaços são ainda considerados como pontos de fuga do estilo de vida urbano, como um ponto da natureza, melhorando a saúde mental (Tendais e Ribeiro, 2021), nomeadamente durante situações extremas, como as vividas com a pandemia de covid-19 e as respetivas políticas de confinamento.

Todos estes benefícios e oportunidades fazem dos espaços verdes um elemento central do planejamento urbano. Segundo Sá (2013), são três os vetores da transformação para cidades mais inclusivas e sustentáveis através dos espaços verdes: o vetor ambiental, referente à capacidade dos espaços verdes de capturar CO₂ através da fotossíntese, mitigando os impactos das alterações climáticas; o vetor social, relacionado com a disponibilização de espaços de lazer e fruição, valorizando a envolvente e promovendo consciência ambiental; e o vetor económico, visível na redução dos custos com a saúde (enquanto indicador indireto dos benefícios do contacto com estes espaços) e na utilização destes espaços, nomeadamente os

históricos, enquanto elementos turísticos (enquanto indicador direto). Fica claro que estes três vetores seguem o tripé da sustentabilidade. No entanto, com o quarto pilar da sustentabilidade (Seixas, 2014), a governança tem também de ser tida em conta. Tal implica um planeamento urbano sustentável participado e cocriado.

A ideia de um planeamento urbano sustentável está muito ancorada nos conceitos de “cidade compacta” (Burgess, 2000; Lobner e outros, 2021; Rogers, 1998) e, mais recentemente, de “cidade dos 15 minutos” (Moreno e outros, 2021). Estes e outros conceitos defendem que a densidade e a integração entre transportes e diversidade de usos dos solos potenciam a habitabilidade e a qualidade de vida urbana, destacando a escala de bairro e o papel das redes de vizinhança no redimensionamento das cidades. A aplicação destes princípios ao planeamento urbano tem contribuído paulatinamente para avanços no reconhecimento que aumentar e qualificar a área verde disponível é fundamental para mitigarem a pegada ecológica das cidades.

Apesar da relevância e do potencial destes espaços, a literatura revela, porém, que os decisores e planeadores, nomeadamente ao nível local, não adotaram ainda estratégias adequadas à sua governança (Dias e outros, 2020, Fongar e outros, 2019). Potenciar os serviços socioecológicos destes espaços, não só ao nível municipal, mas intermunicipal/metropolitano, implica um esforço integrado e concertado entre os vários organismos/atores responsáveis pelo planeamento urbano e pelo desenho de políticas públicas, sendo que tal não é ainda uma prática instituída, como foi já demonstrado nas cidades das duas áreas metropolitanas em Portugal (Dias e outros, 2020).

Isso é revelador de uma subvalorização destes espaços que colide com o mediatismo atribuído à sustentabilidade ambiental, altamente politizada e adotada em todos os discursos. Na prática, a prioridade dada a questões políticas e económicas tem impedido os atores locais de perspetivar todas as valências dos espaços verdes. Em parte, tal acontece porque os benefícios económicos destes espaços não são imediatos ou imediatamente visíveis. Tais benefícios estendem-se no tempo, carecendo de maturação e, sobretudo, de um investimento contínuo nas gerações futuras (Dias e outros, 2020).

Trazer as crianças para o planeamento dos jardins e parques urbanos: rumo a cidades mais sustentáveis, justas, inclusivas e saudáveis

As cidades saudáveis ancoram-se no conceito de “salutogénese” (Antonovsky, 1979), o que as caracteriza como lugares de proteção de doenças e de apoio à criação e manutenção da saúde, física e mental. Contudo, parece escapar à sua interpretação de que para conseguirmos verdadeiramente tornar uma cidade saudável é necessário que a mesma seja, primeiramente, justa e inclusiva. E para tal, a cidade tem de ser uma construção coletiva de várias vozes, independentemente da condição socioeconómica, étnica, do género ou idade dos indivíduos que a compõem.

As bases para uma vida saudável são estabelecidas nos primeiros anos de vida (Kalache e Kickbusch, 1997). Como tal, um planeamento urbano voltado para

a promoção de um ambiente salutogénico para as crianças traz benefícios a curto, médio e longo prazo. Se as cidades se pretendem “de todos e para todos”, então as crianças também as podem reclamar. No entanto, tal não tem acontecido de forma democrática e a voz das crianças tem sido pouco notória no desenho das cidades (Bishop e Corkery, 2017). As razões evocadas para tal afastamento resvalam entre o *status* e a capacidade intelectual, mais concretamente pelo facto de as crianças não poderem votar, pagar impostos e de se presumir que as mesmas não têm capacidade de contribuir no desenvolvimento de políticas públicas (Brown e outros, 2019). Contudo, tais razões têm sido desconstruídas, evidenciando que as crianças são capazes de dar respostas a desafios complexos.

Segundo dados da UNICEF (2012), mais de mil milhões de crianças vivem em áreas urbanas. A par disto, projeta-se para 2030 que mais de 60% da população a residir em áreas urbanas terá menos de 18 anos (UNICEF, 2018). Ora, isto implica tornar estes espaços “amigos” das crianças. Sendo nas cidades que se concentram os locais mais atrativos para as crianças, é também em contexto urbano que existem mais riscos e perigos, tais como o crime, o isolamento, o sedentarismo, os estilos de vida pouco saudáveis, bem como a própria desconexão à natureza (Christian e outros, 2015). Ainda assim, tais razões não devem ser entendidas como barreiras a uma participação plena das crianças nas cidades. O objetivo passa, especificamente, por minimizar estes riscos através do desenho de cidades e espaços públicos seguros e participados.

As crianças devem ter a liberdade para brincar, explorar e socializar por toda a cidade, sem restrições ou constrangimentos (Kyttä, 2004). Neste quadro, ARUP (2017) propôs o conceito de “infraestrutura infantil” para referir uma rede de espaços, ruas, natureza e intervenções focada na capacidade de uma cidade atrair e manter-se saudável. Tal conceito vai além dos parques infantis, defendendo uma infraestrutura alargada e devidamente integrada na malha urbana de cariz multifuncional. Tendo por base este conceito, o Instituto Gehl (2017) propõe dez princípios para que esta infraestrutura combine a acessibilidade das atividades para diferentes idades com percursos diários em ruas mais seguras, acolhedoras e de fácil utilização, além de uma conexão com natureza: i) dar visibilidade às crianças e aos cuidadores; ii) promover a curiosidade; iii) incitar as crianças a sujarem-se; iv) melhorar os espaços perto das suas residências; v) estimular o brincar na rua; vi) impulsionar uma responsabilidade coletiva sobre as crianças; vii) desenvolver uma cocriação da comunidade; viii) trabalhar sem fronteiras; ix) monitorizar para saber onde melhorar; e x) fortalecer as melhores ideias.

Em específico, o estimular a brincadeira na rua através da melhoria das ruas e espaços junto das residências das crianças é um fator promotor de comportamentos saudáveis que contrariam uma tendência de sedentarismo por parte deste grupo (Thaler e Sunstein, 2008). De facto, a escala da vizinhança assume-se como um ambiente importante para brincar.

Para dar resposta às várias tendências de urbanização, das responsabilidades do poder local com as suas populações num contexto de descentralização e da necessidade de promover cidades inclusivas e sustentáveis, surgiu a iniciativa Cidades Amigas das Crianças, do inglês, *Child-Friendly Cities* (Derr e Tarantini, 2016).

Esta iniciativa foi lançada em 1996 e compreendeu uma rede de municípios que se comprometeram a modificar as cidades, sendo reconhecidos exemplos práticos que incluem a criação de projetos de hortas comunitárias que motivaram o cuidado com a natureza, a extensão do tempo de uso em áreas de recreação, o fornecimento de rotas e redes mais seguras para a escola e a transformação dos ambientes escolares em ambientes de aprendizagem verdes ou centros comunitários. Por outro lado, tal iniciativa encerra a vontade de integrar os direitos das crianças na tomada de decisão e governança da cidade. Estas cidades devem respeitar os direitos das crianças, serem seguras, possuir espaços para brincar, permitirem uma forte conexão com a natureza, estimularem a mobilidade independente e incluírem, sobretudo, as crianças nos processos de desenho e reformulação de políticas urbanas (Brown e outros, 2019).

Na verdade, e perante o tradicional planeamento urbano ineficaz e mesmo “perverso” (Rittel e Webber, 1973), desenhar as cidades pela mão das crianças pode ser uma solução para a promoção de valores inclusivos (Seixas e outros, 2020). Jansson e outros (2016) examinaram as perspetivas das crianças sobre os seus ambientes locais, focando-se nos espaços verdes e no seu processo de manutenção e gestão. Estes autores demonstraram que as crianças foram capazes de identificar qualidades em jardins e parques devidamente planeados, como também em espaços verdes abandonados. Nestes últimos, as crianças entenderam que os espaços verdes possibilitavam o uso da exploração e imaginação, revelando que as mesmas podem ter um papel importante e ativo no desenho da paisagem verde urbana.

Nos últimos dez anos, foram várias as iniciativas internacionais em que o objeto foi o de explorar o lugar das crianças no planeamento das cidades: o Urban95 que procurou reimaginar as cidades a partir dos 95 cm de altura (Vincelot, 2019); o manual da UNICEF sobre cidades e comunidades amigas da criança (UNICEF, 2018) e a publicação *Cities Alive: Designing for Urban Childhoods* (ARUP, 2017) que colocou as crianças no centro das atenções para responder aos principais desafios socioambientais nas cidades contemporâneas.

Há espaços nas cidades cujo potencial na promoção de estilos de vida saudáveis na infância é de salientar. Concretamente, os espaços verdes e o acesso à natureza afiguram-se como elementos essenciais para que as cidades sejam espaços seguros e saudáveis. De acordo com as recomendações do Bristol City Council (2008), a disponibilidade de espaços verdes deve ter por base três princípios fundamentais. O primeiro diz respeito à sua qualidade e representa a prioridade principal. Os espaços verdes devem ter qualidade para atender às necessidades dos utilizadores, onde as crianças estão incluídas. O segundo refere-se à distância entre os espaços verdes e as áreas residenciais/escolares. O terceiro é a quantidade, que se relaciona com a disponibilidade de espaços verdes numa determinada área geográfica.

A relevância destas prioridades é baseada no princípio de que a quantidade não deve ser o critério principal. A qualidade e a acessibilidade (distância física e simbólica) são as principais prioridades para promover a democratização no acesso aos espaços verdes. As recomendações para espaços verdes saudáveis, em que as crianças sejam os seus principais utilizadores, indicam a necessidade de existência de

mobiliário urbano que incentive a prática de exercício físico, tais como trilhos e parques infantis, bem como espaços abertos e livres, nomeadamente para as crianças mais velhas. Por outro lado, o mesmo estudo indica que a estética é desejável, pois o espaço verde deve apelar à brincadeira e à imaginação, sendo igualmente seguro.

A importância do acesso por parte das crianças pode resultar em múltiplos benefícios já amplamente reconhecidos na saúde das mesmas (Dadvand e outros, 2019), como por exemplo a educação ao ar livre que produz efeitos educacionais significativos na aprendizagem. Engemann e outros (2019) concluem através do seu estudo que as crianças que têm menos contacto com o ambiente natural estão mais vulneráveis a sofrer problemas de comportamento, socialização e de reduzido bem-estar, agravando-se na idade adulta. McCormick (2017) demonstrou que o acesso a espaços verdes está associado à melhoria do bem-estar mental, saúde geral e desenvolvimento cognitivo das crianças, uma vez que promove a restauração da atenção, memória e competência. Putra e outros (2020) reconheceram a importância da exposição a espaços verdes enquanto fator que contribuiu para um comportamento pró-social entre crianças e adolescentes. Roslund e outros (2020) verificaram que a intervenção na biodiversidade melhora as vias imunorregulatórias nas crianças, reduzindo o risco de doenças características das sociedades urbanas. Também as atividades de horticultura em grupo, quando acompanhadas por terapeutas treinados, estão associadas a impactos positivos sobre o bem-estar mental e emocional de crianças com problemas de comportamento (Chiumento e outros, 2018). McCracken e outros (2016) identificaram um impacto positivo do aumento de espaços verdes na saúde infantil. Parte disto pode ser explicado pelo transtorno de défice de natureza (*nature-deficit disorder*) (Louv, 2005), causado pela desconexão entre humanos e natureza, prevalente em ambientes urbanos.

Notas finais

A necessidade de um processo coparticipado e integrador no planeamento urbano, que considere as crianças enquanto elementos ativos e mesmo protagonistas, assume-se como uma necessidade urgente rumo a cidades justas e equitativas. As crianças devem poder brincar livremente, em segurança e serem respeitadas. Para tal, são necessárias políticas públicas disruptivas do atual paradigma e que coloquem em prática princípios universais como os direitos das crianças.

Parte deste processo implica um esforço conjunto e um compromisso entre os envolvidos, nomeadamente através de formação para um ambiente construído inclusivo. A participação nos processos de decisão de políticas públicas continua bastante aquém do desejado, carecendo de uma compreensão de que decisões participadas, além de irem ao encontro das vontades, necessidades e desejos dos destinatários, são também mais eficientes e com benefícios mais duradouros. O maior desafio neste processo é a coordenação entre os atores envolvidos. Contudo, a cidade desenhada pela mão das crianças afigura-se como um caminho fértil de investigação, sobretudo no grande desafio de passar da teoria à prática.

As múltiplas iniciativas, ainda que importantes do ponto de vista conceptual, continuam a carecer de uma maior atenção ao nível das políticas públicas, não sendo materializadas na realidade das cidades e, sobretudo, na vida das crianças. As soluções baseadas na natureza têm sido implementadas com frequência para lidar com as questões socioambientais sentidas nos espaços urbanos. No entanto, essas são frequentemente intervenções fragmentadas ou desconexas, deixando de fora grupos vulneráveis e subalternos, como as crianças. Quando as cidades se tornam locais de conexão próxima com a natureza, crianças, famílias e o meio ambiente prosperam.

Referências bibliográficas

- Amado, Miguel (2005), *Planeamento Urbano Sustentável*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Antonovsky, Aaron (1979), *Health, Stress, and Coping*, Londres, Jossey-Bass.
- ARUP (2017), *Cities Alive: Designing for Urban Childhoods*, Londres, ARUP.
- Bishop, Kate, e Linda Corkery (2017), *Designing Cities with Children and Young People: Beyond Playgrounds and Skate Parks*, Londres, Routledge.
- Bristol City Council, (2008), *Bristol's Parks and Green Space Strategy*, Bristol, Bristol City Council.
- Brown, Caroline e outros (2019), "Special issue: child-friendly cities", *Cities e Health*, 3 (1-2), pp. 1-7.
- Burgess, Rod (2000), "The compact city debate: a global perspective", em Burgess, Rod e Jenks, Mike (eds.), *Compact Cities: Sustainable Urban Forms for Developing Countries*, Londres, Routledge, pp. 9-24.
- Castro Seixas, Eunice, Catarina Tomás, e Niccolò Giacchetta (2020), "Os jardins/parques urbanos de Lisboa pelo olhar de adultos e pela ação das crianças", *Práxis Educacional*, 16 (40), pp. 134-163.
- Catton, William, e Riley Dunlap (1980), "A new ecological paradigm for post-exuberant sociology", *American Behavioral Scientist*, 24 (1), pp. 45-47.
- Chimento, Anna, e outros (2018), "A haven of green space: learning from a pilot pre-post evaluation of a school-based social and therapeutic horticulture intervention with children", *BMC Public Health*, 18 (1), pp. 836.
- Christian, Hayley, e outros (2015), "The influence of the neighborhood physical environment on early child health and development: a review and call for research", *Health e Place*, 33, pp. 25-36.
- Costa, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Dadvand, Payam, Mireia Gascon, e Iana Markevych (2019), "Green spaces and child health and development" em Marselle, Melissa e outros (eds.), *Biodiversity and Health in the Face of Climate Change*, Cham, Springer International Publishing, pp. 121-130.
- Davis, Diane (2014), *Some Preliminary Thoughts on Inequality and Urban Space: Looking Back, Thinking Comparatively, Heading Forward*, Nova Iorque, The Cities Papers: An Essay Collection from The Decent City Initiative.

- Derr, Victoria, e Emily Tarantini (2016), ““Because we are all people””: outcomes and reflections from young people’s participation in the planning and design of child-friendly public spaces”, *Local Environment*, 21 (12), pp. 1534-1556.
- Dias, Ricardo Cunha, e outros (2020), “Os espaços verdes e as preocupações com a sustentabilidade nos planos diretores municipais de 3.ª geração: análise comparativa das áreas metropolitanas em Portugal”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 41, pp. 84-99.
- Engemann, Kristine, e outros (2019), “Residential green space in childhood is associated with lower risk of psychiatric disorders from adolescence into adulthood”, *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 116 (11), pp. 5188-5193.
- Ferret, Maria Prats (2020), “Infancia, naturaleza y confinamiento”, *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 55 (115), pp. 169-174.
- Fongar, Claudia, e outros (2019), “Public urban green space management in Norwegian municipalities: a managers’ perspective on place-keeping”, *Urban Forestry & Urban Greening*, 44.
- Gehl Institute (2017), *Space to Grow: Ten Principles that Support Happy, Healthy Families in a Playful, Friendly City*, Nova Iorque, Gehl Institute.
- Haines-Young, Roy, e Marion Potschin (2018), *Common International Classification of Ecosystem Services (CICES) V5.1 and Guidance on the Application of the Revised Structure*, Nottingham, Fabis Consulting Ltd.
- Hoffmann, Elaine, Henrique Barros, e Ana Isabel Ribeiro (2017), “Socioeconomic inequalities in green space quality and accessibility evidence from a Southern European city”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 14 (8), p. 916.
- Holifield, Ryan, Michael Porter, e Gordon Walker (2009), “Introduction spaces of environmental justice: frameworks for critical engagement”, *Antipode*, 41 (4), pp. 591-612.
- Jansson, Märít, Elin Sundevall, e Mark Wales (2016), “The role of green spaces and their management in a child-friendly urban village”, *Urban Forestry & Urban Greening*, 18, pp. 228-236.
- Kalache, Alexandre, e Ilona Kickbusch (1997), “A global strategy for healthy ageing”, *World Health*, 50 (4), pp. 4-5.
- Kazemi, Fatemeh, e outros (2018), “Strategic planning for cultivation of fruit trees and shrubs in urban landscapes using the SWOT method: a case study for the city of Mashhad, Iran”, *Land Use Policy*, 70, pp. 1-9.
- Kyttä, Marketta (2004), “The extent of children’s independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments”, *Journal of Environmental Psychology*, 24 (2), pp. 179-198.
- Laszkiewicz, Edyta, Jakub Kronenberg, e Szymon Marcinczak (2018), “Attached to or bound to a place? The impact of green space availability on residential duration: the environmental justice perspective”, *Ecosystem Services*, 30, pp. 309-317.
- Laurent, Éloi (2011), “Issues in environmental justice within the European Union”, *Ecological Economics*, 70 (11), pp. 1846-1853.
- Lefèbvre, Henri (1974), *La Production de l’Espace*, Paris, Anthropos.

- Lobner, Nadine, e outros (2021), "Urban compactivity models: screening city trends for the urgency of social and environmental sustainability", *Urban Science*, 5 (4), p. 83.
- Louv, Richard (2005), *Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder*, Chapel Hill, Algonquin Books.
- McCormick, Rachel (2017), "Does access to green space impact the mental well-being of children: a systematic review", *Journal of Pediatric Nursing: Nursing Care of Children and Families*, 37, pp. 3-7.
- McCracken, Deborah. S., Deonie Allen, e Alan Gow (2016), "Associations between urban greenspace and health-related quality of life in children", *Preventive Medicine Reports*, 3, pp. 211-221.
- Mears, Meghann, e Paul Brindley (2019), "Measuring urban greenspace distribution equity: the importance of appropriate methodological approaches", *ISPRS International Journal of Geo-Information*, 8 (6), p. 286.
- Moreno, Carlos, e outros (2021), "Introducing the '15-minute city': Sustainability, resilience and place identity in future post-pandemic cities", *Smart Cities*, 4 (1), pp. 93-111.
- Putra, I Gusti, e outros (2020), "The relationship between green space and prosocial behaviour among children and adolescents: a systematic review", *Frontiers in Psychology*, 11, p. 859.
- Ridgley, Harmony, e outros (2020), *Improving Access to Greenspace: a New Review for 2020*, Londres, Public Health England.
- Rittel, Horst, e Melvin Webber (1973), "Dilemmas in a general theory of planning", *Policy Sciences*, 4 (2), pp. 155-169.
- Rogers, Richard (1998), *Cities for a Small Planet*, Nova Iorque, Basic Books.
- Roslund, Marja, e outros (2020), "Biodiversity intervention enhances immune regulation and health-associated commensal microbiota among daycare children", *Science Advances*, 6 (42), pp. eaba2578.
- Sá, Joana (2013), *Green Space in Urban Areas: a Methodological Approach based on Ecosystem Services*, Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Schlosberg, David (2007), *Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature*, Oxford, Oxford University Press.
- Schmidt, Luísa (2016), *Portugal: Ambientes de Mudança. Erros, Mentiras e Conquistas*, Lisboa, Temas e Debates — Círculo dos Leitores.
- Seixas, Paulo Castro (2014), "Objectivos de desenvolvimento sustentável: a primeira política pública global do Antropoceno", *Revista Científica Monfragüe*, 2 (2), pp. 191-213.
- Tendais, Iva, e Ana Isabel Ribeiro (2021), "Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela covid-19", *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*, 55 (115), pp. 183-188.
- Thaler, Richard, e Cass Sunstein (2008), *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*, Londres, Yale University Press.
- Therborn, Göran (2006), *Inequalities of the World*, Nova Iorque, Verso Books.
- UNICEF (2012), *The State of the World's Children 2012: Children in an Urban World*, Nova Iorque, UNICEF.

- UNICEF, (2018), *Advantage or Paradox? The Challenge for Children and Young People of Growing Up Urban*, Nova Iorque, UNICEF.
- United Nations (2015), *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*, resolução adotada pela assembleia geral em 25 de setembro de 2015, A/RES/70/1, Nova Iorque, United Nations.
- Vidal, Diogo Guedes, Nelson Barros, e Rui Leandro Maia (2020), "Public and green spaces in the context of sustainable development", em Filho, Walter Leal e outros (eds.), *Sustainable Cities and Communities, Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*, Cham, Springer Nature Switzerland AG, pp. 479-487.
- Vidal, Diogo Guedes, e outros (2022), "A review on the cultural ecosystem services provision of urban green spaces: perception, use and health benefits", em Filho, Walter Leal, e outros (eds.), *Sustainable Policies and Practices in Energy, Environment and Health Research*, Cham, Springer, pp. 287-331.
- Vidal, Diogo Guedes e outros (2020), "Espaços verdes urbanos e saúde mental: uma revisão sistemática da literatura", em Pereira, Henrique e outros (eds.), *Actas do 13.º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*, Lisboa, ISPA, pp. 427-436.
- Vidal, Diogo Guedes e outros (2021a), "Combining an evaluation grid application to assess ecosystem services of urban green spaces and a socioeconomic spatial analysis", *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 28 (4), pp. 291-302.
- Vidal, Diogo Guedes e outros (2021b), "Usos e percepções sobre jardins e parques públicos urbanos: Resultados preliminares de um inquérito na cidade do Porto (Portugal)", *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*, 56 (116), pp. 137-157.
- Vincelot, Julien (2019), "Urban95: a global initiative linking early childhood development and the urban field", *Cities & Health*, 3 (1-2), pp. 40-45.
- Wirth, Louis (2001), "O urbanismo como modo de vida", em Fortuna, Carlos (ed.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Lisboa, Celta Editora, pp. 45-65.